



Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Instituto de Economia e Relações Internacionais
Curso de Ciências Econômicas
Trabalho de Conclusão de Curso

**Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo como projeto
sociopolítico: uma relação complexa e mutualística**

Uberlândia-MG
2025

JULIA CAMPOS CARNEIRO

**Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo como projeto
sociopolítico: uma relação complexa e mutualística**

Artigo apresentado como requisito para conclusão
do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas
do Instituto de Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp

Uberlândia-MG
2025

JULIA CAMPOS CARNEIRO

Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo como projeto sociopolítico: uma relação complexa e mutualística

Artigo apresentado como requisito para conclusão
do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas
do Instituto de Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia - MG, maio de 2025.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp
Orientador

Prof. Dr. Marcelo Sartorio Loural
Examinador

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a **Deus**, por todas as bênçãos que já me proporcionou ao longo da vida.

Aos meus pais e à minha irmã — **Daniela Campos Carneiro, Roberto Carneiro e Luiza Campos Carneiro** —, minha eterna gratidão. Vocês sempre acreditaram no meu potencial, até mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. São minha base, meu alicerce, meus bens mais preciosos.

Agradeço também ao meu cachorrinho, **Fred Carneiro**, que cresceu ao meu lado e me ensinou sobre o amor mais puro: aquele que doamos sem esperar nada em troca.

Ao meu namorado, **Keuver Gonçalves Cunha Mattos**, sou imensamente grata pelo apoio e pela ajuda emocional na construção deste trabalho. Você foi meu ombro amigo nas crises e meu abraço favorito em minhas conquistas.

Não poderia jamais deixar de agradecer ao professor **José Rubens Damas Garlipp** por sua paciência comigo. Tenho uma enorme admiração por seu trabalho e agradeço imensamente por me permitir ser sua orientanda. É realmente uma honra para mim.

Obrigada a todo IERI UFU, por cada aula e cada prova que me mostraram o quanto eu amo economia. Em principal ao professor **Marcelo Sartorio Loural** por ter sido o melhor coordenador do curso possível para nós.

Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo como projeto sociopolítico: uma relação complexa e mutualística

Julia Campos Carneiro

Resumo:

Este artigo propõe uma análise de dois eventos — o final da Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo — em que determinado momento houve uma sobreposição temporal crucial para esses fenômenos, conectando-os na história. Como objetivo geral, considera-se investigar, através de uma análise histórica, se há, e em que sentido ocorre, uma relação “mutualística”, mas não causal, entre a ascensão do Neoliberalismo e a Guerra Fria; e se (e como) as políticas e práticas neoliberais fornecem base para a consolidação de uma pretensa vitória de um projeto de sociedade neoliberal. Conclui-se que embora não haja uma causalidade direta, é possível apreender uma relação complexa e mutualística entre o período final da Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo, de sorte que, como defendido neste trabalho, a Guerra Fria atuou como um cenário capaz de catalisar e acelerar a difusão do Neoliberalismo.

Palavras-chave: Guerra Fria; Neoliberalismo; Keynesianismo; Bretton Woods; Estados Unidos; União Soviética; Financeirização.

Abstract:

This article proposes an analysis of two events - the end of the Cold War and the rise of Neoliberalism - during which there was a crucial temporal overlap connecting these phenomena in history. As the main purpose, the study aims to investigate, through historical analysis, whether there is, and in what sense there exists, a “mutualistic” but not causal relationship between the rise of Neoliberalism and the Cold War, and whether (and how) neoliberal policies and practices provide a foundation for the consolidation of an alleged victory of a neoliberal societal project. It concludes that although there is no direct causality, there was a strong relationship between the final period of the Cold War and the rise of Neoliberalism, in which, as will be argued in this work, the Cold War served as a scenario capable of catalyzing and accelerating the diffusion of Neoliberalism.

Keywords: Cold War, Neoliberalism, Keynesianism, Bretton Woods, United States, Soviet Union, Financialization.

1. Introdução

A ascensão do Neoliberalismo é comumente associada, de forma direta, ao fim da Guerra Fria. Porém, este processo histórico demanda uma análise não circunscrita a um ou outro momento, a uma ou outra data precisa, se o que se busca é um afastamento de abordagens simplificadoras que restringem a compreensão desse tema a um conjunto de medidas econômicas. Nesse sentido, demanda também não limitar o Neoliberalismo, como costuma ocorrer em várias interpretações, à adoção de políticas de corte neoclássico, com ênfase em um Estado mínimo. É preciso afastar esse tipo de abordagem rasa, que não considera a complexidade do Neoliberalismo enquanto projeto sociopolítico, que ultrapassa questões econômicas e busca transformar toda a estrutura social. Afinal, como bem assinalado por Holanda (2001), o liberalismo não é uma doutrina imutável; na verdade, ele passa, ao longo da história, por um processo de mutação permanente. Torna-se, então, imprescindível uma análise de antecedentes.

Sob a perspectiva de Bartel (2022), a ascensão de ideias neoliberais e a disparidade em que o Ocidente e o Oriente apresentam ao fim da Guerra Fria são fenômenos que se interligam de maneira sutil, mas muito importante. Para o autor, o período final da Guerra Fria testemunhou o declínio de promessas do sistema socialista — descritas como as “promessas quebradas” —, abrindo uma porta para um modelo alternativo tido como mais viável. Nesse momento, a potência que se demonstrou vencedora revisita seus ideais liberais, mas não em seu modelo clássico.

O Liberalismo clássico, fundamentado no conceito de liberdade e ausência de impedimentos externos sobre o próprio agir humano, em sua dimensão econômica apregoa que a propriedade privada é um direito e, pela lei da oferta e procura, a economia de mercado seria guiada pela livre concorrência. A análise das contradições internas do Estado liberal, conforme apontado por Polanyi (1944, p.144), revela que, ao contrário do senso comum, o liberalismo não se limitava ao dogma do *laissez-faire*, senão envolvia formas de intervenção estatal: “o caminho para o livre-mercado estava aberto e se mantinha aberto através do incremento de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada”.

Bobbio (2015, p.89) bem indica que o Liberalismo clássico foi “[...] uma teoria dos limites do poder do Estado, derivados da pressuposição de direitos ou interesses do indivíduo, precedentes à formação do poder político, entre os quais não pode estar ausente o direito de propriedade individual”.

A crise do Liberalismo clássico, iniciada na segunda metade do século XIX e agravada entre as duas Grandes Guerras, pavimentou o caminho para o surgimento de uma nova ordem. Houve, assim, um esgotamento da capacidade de resposta do liberalismo à crise, sendo necessária uma rearticulação complexa para uma nova ordem econômica. Isso, entretanto, não significa necessariamente a busca por uma ideologia sem crises, mas a busca por uma ideologia capaz de responder melhor as demandas do capitalismo. De fato, “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (Netto; Braz, 2012, p.170), posto que a recorrência da crise é constitutiva à esse modo de produção, “a partir do movimento real da produção capitalista” (Marx, 1867).

Holanda (2001) indica que o liberalismo clássico tem seus fundamentos na Lei Natural e no Direito Natural, exigindo igualdade nos direitos civis, pois pressupunha-se que todos os homens são iguais. Em contrapartida, o Neoliberalismo parte do pressuposto de que os indivíduos são naturalmente desiguais, justificando assim a desigualdade social como reflexo das diferenças individuais. Como forma de legitimar a sociedade burguesa frente às tendências socialistas e ao intervencionismo estatal, o foco não está mais na liberdade individual e seus direitos civis, e sim na liberdade econômica e na competitividade, mesmo que isso enfatize a exclusão social e a mercantilização da vida.¹

Nesta pesquisa, são explorados elementos do Neoliberalismo em uma visão além de uma doutrina econômica, embora os elementos que o definem não sejam aqui esgotados². Compreender o Neoliberalismo requer o entendimento de três pontos essenciais: seus antecedentes históricos, seu contexto de emergência e sua transformação estrutural. Não deve haver restrição desse conjunto à uma “simples” vitória do capitalismo sobre o socialismo ao final da Guerra Fria. É fundamental investigar, também, as razões que induziram duas potências, antes aliadas na luta contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial, a se tornarem grandes rivais a ponto de polarizar o mundo em dois blocos ideológicos e geopolíticos opostos. Os Estados Unidos e a União Soviética, após unir forças e combater lado a lado contra a Alemanha, Itália e Japão, se divergiram em visões de mundo, marcando o início de uma disputa hegemônica mundial. Os dois gigantes econômicos encontram-se agora presos numa competição feroz por influência e poder através de uma corrida armamentista. Neste contexto, Hobsbawm (1994) afirma que o capitalismo tinha agora, por necessidade, que se reforçar

¹ A respeito das relações de continuidade e diferença entre o Liberalismo clássico e o Neoliberalismo, ver Fiori (1998).

² Uma tal empreitada foge ao escopo e ao propósito aqui anunciados. Sobre o Neoliberalismo e seus impactos, entre outros, ver Dardot & Laval (2016); Harvey (2008), Anderson (1995); Crivelenti e Castro (2021).

dominante para a política internacional.

Antes de abordar esse período, faz-se necessário desvincular-se de interpretações limitadas. A primeira dessas é com relação à tese que a ascensão do Neoliberalismo se iniciou com o final da Guerra Fria. Ao considerar a cronologia, pode-se perceber que houve um tempo de intersecção entre o final da Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo, e essa sobreposição pode ter sido essencial para o desfecho da Guerra Fria. Nesse período, observou-se um rivalidade político-geográfica das duas superpotências, bem como a emergência de uma nova abordagem econômica que viria a desempenhar um papel crucial no novo paradigma do mundo no final da Guerra Fria - a transição do Keynesianismo para o Neoliberalismo.

Além disso, também há a argumentação de que as medidas e políticas implementadas nessa época definiriam o Neoliberalismo ao tempo em que teriam estabelecido as bases para a consolidação e triunfo do modelo de sociedade capitalista. De fato, a ascensão do Neoliberalismo representou uma mudança de paradigma, de uma sociedade que passou a apoiar o ideário de liberalização, desregulamentação estatal da economia, livre atividade privada e crescimento econômico conduzido pelo livre mercado. Mas, acima de tudo, trata-se de um ideário que não se traduz, pura e simplesmente, em uma tábua de orientações/mandamentos de políticas e ações, e nem mesmo significa que estas tenham sido rigorosamente adotadas pelos seus próprios apologistas. Ademais, vale notar, a ascensão do Neoliberalismo representou o desenvolvimento de projeto estrutural na sociedade que iniciaria toda uma série de ramificações para o mundo moderno.

Neste estudo pretendemos explorar, ainda que brevemente, o desenvolvimento do ideário neoliberal durante a Guerra Fria com a compreensão abrangente de um projeto sociopolítico, não apenas circunscrito às medidas econômicas reativas e regulamentos adotados em tempos de crise, e sim de sua polimorfia, bem como seus impactos na sociedade. Abordarmos, também, a influência do Neoliberalismo sobre o pano de fundo do cenário financeiro internacional ao final da Guerra Fria e suas consequências a longo prazo para as relações mundiais.

Na biologia, a relação mutualística é um tipo de simbiose entre duas espécies que utilizam suas vantagens evolutivas adaptativas para mútuo benefício, cooperando em termos de proteção e troca de nutrientes ou outras substâncias vitais para a reprodução dessas espécies. No entanto, esse termo é utilizado na pesquisa apenas para entender uma relação harmoniosa entre os dois eventos. O termo biologicamente correto que explicaria essa relação, considerando que não há uma causalidade, seria protocooperação, na qual duas espécies sobrevivem mesmo

sem interação.

Do mesmo modo, o Neoliberalismo tornou-se uma narrativa atrativa para a população que procurava uma alternativa ao planejamento central e economia planificada característicos dos países socialistas. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria tornou-se o contexto geopolítico ideal para a disseminação de ideias neoliberais. Os Estados Unidos, como principal defensor, utilizaram dessa abordagem não apenas como uma resposta econômica, mas também como uma arma ideológica contra o ‘temido comunismo³ fantasmagórico’, tornando-se um contraponto ideológico para o coletivismo e planeamento em moldes socialistas.

Busca-se entender, portanto, se a disputa por influência ideológica e econômica pode ser considerada a força motriz para a disseminação e consolidação do Neoliberalismo, no sentido que as ideias desse projeto de sociedade ganharam força nos Estados Unidos como uma contraposição ideológica ao socialismo soviético. Por exemplo, o regime militar na América Latina foi apoiado pelos Estados Unidos, que adotaram políticas econômicas neoliberais em detrimento dos movimentos de esquerda, associados à união Soviética (Ayerbe,2002).

O colapso da União Soviética simbolizou não apenas o fim de uma superpotência, mas também a queda de uma ideologia e, assim, o Neoliberalismo se destacou como a ideologia dominante. Bartel indica as crises econômicas e a incapacidade de manter suas estruturas políticas e militares como fatores decisivos para esse desfecho. Caracterizado por privatizações, desregulamentações e promoção do ideário liberalizante, o Neoliberalismo em sua dimensão econômica representou uma mudança expressiva em relação às políticas keynesianas anteriores, sendo uma reação às falhas do planejamento centralizado (Bartel, 2022).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar se há, e em que sentido ocorre, uma relação ‘mutualística’, mas não causal, entre a ascensão do Neoliberalismo⁴ e a Guerra Fria e se (e como) as políticas e práticas neoliberais fornecem base para a consolidação de uma pretensa vitória de um projeto de sociedade neoliberal. Com isso, entende-se necessário alargar os marcos analíticos e buscar referências junto ao contexto histórico anterior, durante e ao fim da Guerra Fria que apontem os principais fatores condicionantes ao molde e desenvolvimento do Neoliberalismo ao longo desse período.

³ Apesar da União Soviética ser socialista, utiliza-se nessa pergunta o termo “comunismo” para, muitas vezes, mostrar o discurso anti-comunista que se alastrou e intensificou com o medo da vitória do bloco soviético. Considera-se aqui que essa escolha terminológica fazia parte de uma estratégia de propaganda que visava simplificar e demonizar o adversário ideológico, associando-o a uma ameaça global à liberdade e aos valores ocidentais.

⁴ Mesmo que não analisado em todas suas faces.

2. Emergência da Guerra Fria e o Marco do Início da Ascensão do Neoliberalismo

2.1 Emergência da Guerra Fria e seus impactos

A União Soviética, nascida da Revolução Russa de 1917, defensora de um modelo socialista, baseado na igualdade social e economia planificada, divergia consideravelmente dos valores liberais promovidos pelo Ocidente. Por outro lado, os Estados Unidos, fruto de uma revolução que consolidou o capitalismo e a democracia representativa, tinha a visão de ideal na promoção do livre mercado e da liberdade política, com forte ênfase na propriedade privada e na competitividade econômica (Gaddis, 2006). Visto essa dicotomia ideológica fundamental, embora as duas nações compartilhassem uma luta comum contra o fascismo, a vitória sobre o Eixo não resultou em uma paz duradoura, mas nas sementes de uma nova e amarga rivalidade.

Os dois países entraram na Segunda Guerra Mundial em 1941, motivados por ataques alemães, e se uniram contra um inimigo comum: o fascismo. Contudo, as ideologias divergentes criaram tensões que germinaram as sementes da Guerra Fria. Como Hobsbawm (1994) sugere, na época de 1947, os governos se fragmentaram em regimes homogêneos pró-comunistas e anticomunistas. O colapso da Grande Aliança, mesmo diante dos esforços para manter a paz e a cooperação durante a Guerra, resultou não em uma paz mundial, mas em uma "paz separada", como afirma Gaddis (2006).

Durante a guerra, a cooperação entre nações já se permeou por desconfiança. Na época muitos planos de espionagem foram desenvolvidos, uma vez que tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética buscavam tecnologias de destruição cada vez mais poderosas. Como exemplo, o Projeto Manhattan, desenvolvido pelos americanos, exemplificou a mobilização militar e científica, permitindo um combate sem a necessidade de desdobramentos de exércitos em campos de batalha. Por outro lado, Stalin, apesar de aliado, buscava destacar suas vitórias para reafirmar seu poder, minimizando a contribuição dos aliados ocidentais em campanhas como a ocupação da Romênia, Bulgária e Hungria. Assim, sob uma aliança aparentemente forte que havia destruído a Alemanha Nazista, havia uma rede de desconfiança e manipulação entre seus agentes, com conflitos fundamentais que ameaçavam a Grande Aliança (Roberts, 2006; Gaddis, 2006).

Com a vitória sobre o Eixo, houve uma grande mudança na conjuntura internacional. A União Soviética, o único país socialista até o final da Guerra, emergiu como uma das grandes

vencedoras do conflito e se estabeleceu como uma superpotência em disputa com os Estados Unidos pela hegemonia global. Porém, enquanto o saldo pós-Guerra dos Estados Unidos foi de uma economia próspera, a União Soviética enfrentou uma devastação, com o maior número de mortos no conflito - à frente de nações como China e Alemanha. Porém, na visão de Stalin, o domínio da Europa seria atingido pacificamente, pois havia uma inevitabilidade de uma guerra entre os países capitalistas, de maneira que mesmo em desvantagem econômica, o comunismo se tornaria uma alternativa aos europeus desgostosos com o capitalismo (Gaddis, 2006).

Em 1945, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética, principais líderes do Eixo dos Aliados, realizaram duas conferências que mudariam o curso da história: Yalta e Postdam. Essas reuniões lançaram as bases da doutrina da Guerra Fria na qual a polarização emergente se manifestou em três dimensões principais inter-relacionadas: disputas sobre esferas de influência, equilíbrio de poder e políticas de contenção. As principais decisões das Conferências de Yalta e de Postdam incluíram a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação, promessa de eleições livres na Europa Oriental e a criação de tribunais internacionais para julgar crimes nazistas. Posteriormente, a União Soviética não conseguiu cumprir integralmente esta obrigação (Vasconcellos & Mansani; 2013). Apesar da intenção de restaurar a paz, esse momento também simbolizou a fragmentação das relações entre as potências, estabelecendo as bases para a rivalidade futura. A perspectiva de um conflito armado direto entre eles era alarmante, uma vez que a quantidade de armamento nuclear disponível para ambos poderia aniquilar a vida na Terra (Gaddis, 2006)

Um ano depois, Winton Churchill utilizou o termo “Cortina de Ferro” para descrever a divisão da Europa em seu discurso. Esta barreira metafórica estendia-se do Mar Báltico ao Mar Adriático, separando os países de influência soviética das democracias ocidentais. Com isso, Stalin consolidou o seu controle sobre a Europa Oriental, impondo regimes comunistas na Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária e Tchecoslováquia. Esta linha divisória simbolizava não apenas uma barreira física e militar, mas também uma profunda divisão ideológica entre dois modos de vida e sistemas políticos opostos.

O medo de uma Terceira Guerra se alastrou. A insegurança dominou o mundo, levando nações a buscarem proteção enquanto se recuperavam dos desastres da guerra anterior. A ausência de um inimigo comum que inibisse a rivalidade ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, agora delineados como a potência capitalista e a socialista, respectivamente, pavimentou o caminho para a Guerra Fria (Gaddis, 2006).

Nesse sentido, a polarização mundial, com rivalidade política e competições ideológicas,

se consolidou, manifestando-se em uma corrida armamentista e na busca de aliados estratégicos. Kissinger (1994) afirma que, no século XX, os Estados Unidos foram o país de maior influência nas relações internacionais do período, de maneira forte e ambivalente, mas, no cerne deste confronto político, estavam as políticas econômicas e sociais. Os Estados Unidos, defensor dos princípios democráticos e do capitalismo, promoviam uma economia de mercado e a propriedade privada, enquanto a União Soviética advogava a coletivização e a propriedade estatal dos meios de produção. Essas diferenças ideológicas e as tensões que resultaram delas tiveram efeitos em termos de alianças militares, a saber, a OTAN⁵ (Organização do Tratado do Atlântico Norte) liderada pelos EUA e o Pacto de Varsóvia⁶ liderado pela União Soviética, com uma intensa rivalidade de poder entre essas.

A Guerra Fria foi um momento de intensos conflitos indiretos e crises geopolíticas, como a Crise dos Mísseis em Cuba⁷ e a Guerra do Vietnã⁸, que mantiveram o mundo à beira de um conflito global em larga escala. Nesse contexto de rivalidade, as políticas econômicas foram utilizadas para obter influência, controle e poder em sua busca por aliados e vantagem estratégica. Sobre guerras, Thomas Hobbes (1651, p.46 apud Hobsbawm, 1994, p. 178) bem explica que "consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida". Não era preciso apenas proteger a sua própria economia, mas sim minar o sistema econômico do inimigo.

Além disso, como supracitado, a Guerra Fria não se limitou ao domínio político e

⁵ A Organização do Tratado do Atlântico Norte foi criada em 1949 com a necessidade premente de estabelecer uma frente unida entre as nações que compartilhavam de semelhantes visões políticas e militares. Essa organização possibilitou o reforço da influência americana e a liderança entre essas, visto que possuía força militar e tecnológica superior a essas. Além disso, a posição dos Estados Unidos na OTAN se deu visto a desconfiança entre os países europeus e a relutância em aumentar seus próprios orçamentos de defesa, confiando no dissuasivo nuclear americano e na sua capacidade de resposta rápida (Canêdo, 2006).

⁶ O Pacto de Varsóvia foi estabelecido como uma resposta estratégica da União Soviética à criação da OTAN e ao processo de rearmamento da Alemanha Ocidental, consolidando sua influência sobre os países do Leste Europeu e contrapondo-se às diretrizes das potências ocidentais. Além de sua função como aliança militar defensiva, desempenhou um papel fundamental no controle político das nações sob a órbita soviética. Suas principais intervenções incluíram a repressão à Revolução Húngara de 1956, a invasão da Tchecoslováquia em 1968 e sua participação no conflito afgão em 1979, ações que visavam preservar o bloco socialista ao longo da Guerra Fria (Fernandes, 2023).

⁷ A Crise dos Mísseis em Cuba, ocorrida em outubro de 1962, foi um dos momentos mais críticos da Guerra Fria, envolvendo um confronto direto entre os Estados Unidos e a União Soviética, com o mundo à beira de um conflito nuclear nas duas semanas seguintes. A crise começou quando os Estados Unidos detectaram a instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba, capazes de atingir o território americano. Em resposta, o presidente John F. Kennedy anunciou um bloqueio naval à ilha para impedir a chegada de mais armamentos soviéticos (Avila, 1962).

⁸ A Guerra do Vietnã, ocorrida entre 1955 e 1975, que envolveu o Vietnã do Norte e seus aliados comunistas contra o Vietnã do Sul, apoiado pelos Estados Unidos, originou-se como uma luta entre governos: o governo comunista do Norte – liderado por Ho Chi Minh-, e o regime anticomunista do Sul. Receosos da expansão do comunismo na Ásia, os Estados Unidos intervieram com tropas e recursos. Mas, o conflito, caracterizado por intensos episódios de violência contra civis e pelo emprego de armas químicas, culminou na mais significativa derrota militar da história norte-americana (Pedroso, 2012)

militar, a influência cultural também foi uma forte ferramenta desses blocos. A competição entre as superpotências afetou, portanto, a produção de arte e conhecimento, resultando numa série de obras literárias, cinematográficas e musicais que refletiam as tensões da época. *Top Gun*, de 1986, foi um filme que exaltou o poderio do armamento americano. Também, filmes de espionagem como James Bond e obras literárias como *1984*, de George Orwell, capturam o espírito de medo e vigilância constante dos regimes totalitários. Além disso, como o filme demonstra, a concorrência entre os blocos capitalistas e socialistas incentivou progressos tecnológicos e científicos significativos, especialmente nos domínios aeroespacial e da tecnologia da informação.

A atmosfera cinematográfica buscava alertar para uma realidade das disputas: o lançamento do satélite soviético *Sputnik* em 1957 e a aterragem americana na Lua em 1969 foram acontecimentos-chave no desenvolvimento de tecnologias, definindo o potencial vitorioso dessa Guerra. Porém, os custos para essa corrida foram altíssimos. Segundo Simon (2010), os EUA forneceram assistência ao povo europeu no período pós-Guerra, por meio do Plano Marshall, que, quando ajustados para o valor correspondente a 2001, constituiriam um montante ao redor de US\$ 100 bilhões. Considerando o PIB dos Estados Unidos em 2006, que de acordo com o Banco Mundial, foi US\$ 12,4 trilhões, a ajuda econômica dada em quatro anos de vigência do Plano Marshall representaria algo em torno de US\$ 62 bilhões (Gardner, 2001 apud Simon, 2010).

Para contextualizar, o Plano Marshall foi criado em 1947 com o intuito de reconstruir a Europa Ocidental devastada pela Guerra. Concebido pelo Secretário de Estado George Marshall e formalmente conhecido como Plano de Recuperação Europeu, o plano forneceu bilhões de dólares, como supracitado, em ajuda para relançar as economias europeias, fortalecer os governos democráticos e impor um bloqueio econômico contra o avanço do comunismo. Apesar de um grande gasto, a prosperidade trazida pelos países que se beneficiaram do Plano Marshall contrastou fortemente com as dificuldades econômicas dos países do bloco soviético (Vasconcellos & Mansani, 2013).

Adicionalmente, esses investimentos em armamentos não foram utilizados apenas no território nacional desses blocos, mas em conflitos ideológicos em outros países, como na Guerra da Coreia⁹ (1950-1953). De maneira geral, essas crises e tensões podem ser classificadas

⁹ A Guerra da Coréia foi um dos primeiros conflitos armados da Guerra Fria, desencadeado pela invasão da Coréia do Sul pela Coréia do Norte. Esse conflito foi apoiado pela União Soviética e China no Norte, enquanto os Estados Unidos e outras nações da ONU defenderam a Coréia do Sul. Essa guerra resultou em um Armistício, em 1953, criando uma zona desmilitarizada entre os dois países (Senhoras & Ferreira; 2013).

como etapas de um conflito prolongado, em que houve um período de consolidação de blocos, seguido por uma fase de confronto aberto, como visto na Crise dos Mísseis de Cuba em 1962. Com esses conflitos, intensificou-se o temor de uma guerra nuclear em larga escala, visto que demonstrou a disposição das superpotências de combaterem diretamente ou por meio de aliados, sem um confronto militar aberto entre si em um primeiro momento. Nesses conflitos, soldados norte-americanos e aliados combateram diretamente forças apoiadas pela União Soviética e pela China (Senhoras & Ferreira, 2013).

É fato que a essência da Guerra Fria residia na contraposição entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, sob a égide da União Soviética. Hobsbawm (1994) destaca a importância desta dicotomia, observando como ela se refletiu em praticamente todos os aspectos da vida política, econômica e cultural das nações envolvidas. Mas, também é importante abordar que, apesar do nome, a ideia central de que não houve embates militares entre essas superpotências não é inteiramente correta.

Embora os Estados Unidos e a União Soviética não tenham se enfrentado diretamente em um campo de batalha, ambos participaram ativamente de conflitos em várias partes do mundo, apoiando lados opostos. A Crise dos Mísseis de Cuba foi um dos momentos mais críticos da Guerra Fria, no qual a possibilidade de um confronto militar direto entre as superpotências esteve iminente (Avila, 2012). Embora o conflito direto tenha sido evitado, a tensão militar foi extremamente alta, com ambos os lados prontos para um possível embate nuclear.

Houve também inúmeras operações militares menores, manobras e exercícios que, embora não resultassem em batalhas diretas entre soldados americanos e soviéticos, mantinham um constante estado de prontidão militar e tensão, como o Ártico militarizado. Durante esse período, a região passou a ser entendida como uma região de importância estratégica para as superpotências, particularmente devido à sua posição geográfica e ao desenvolvimento de tecnologias militares avançadas (Marcelino, 2007).

A presença de mísseis balísticos lançados de submarinos (SLBM's) e outros sistemas de defesa no Ártico demonstram que a região foi vista como um corredor sobre o gelo entre os Estados Unidos e a União Soviética. O Ártico tornou-se o centro de instalação de tecnologias avançadas de aviso prévio e sistemas de intercepção de ataques inimigos. Como exemplo, A presença de submarinos armados com mísseis Trident- como os modelos C-4-, assegurava uma linha de defesa crítica para o território norte-americano, que forneciam um aviso antecipado de qualquer ataque nuclear, permitindo uma resposta mais rápida (Marcelino et all, 2007).

Na década de 1970, a Guerra Fria entrou em uma fase de distensão, conhecida como *détente*, que buscou aliviar as tensões entre as superpotências através de acordos de controle de armas e maior diálogo diplomático (Munhoz & Rollo, 2014). No entanto, essa fase foi sucedida por um período de renovadas tensões na década de 1980, caracterizado pela intensificação da corrida armamentista - como uma estratégia mais ampla para pressionar economicamente o bloco soviético, forçando-o a gastar recursos para acompanhar os avanços militares dos EUA - e pela retórica confrontacional. Por fim, o colapso da União Soviética no início dos anos 1990 marcou o fim deste prolongado conflito, encerrando uma era de rivalidade ideológica e geopolítica que moldou significativamente o século XX.

É evidente que esse conflito deixou uma herança duradoura nas relações internacionais. As alianças militares, como a OTAN e o Pacto de Varsóvia, já mencionadas, bem como as instituições globais, como as Nações Unidas¹⁰, foram respostas diretas à dinâmica de poder do período. A ONU se tornaria, portanto, como mediadora dos conflitos, bloqueando decisões que oferecessem risco de desordens maiores. Porém, a ocidentalização dessa instituição pode ser exemplificada na Guerra da Coréia, quando foi autorizada a operação militar dos EUA para defender a Coréia do Sul (Magalhães, 1995).

Cada fase da Guerra Fria foi marcada por diferentes níveis de confronto direto e indireto, envolvendo desde a competição nuclear e tecnológica até conflitos, como os supracitados, por procuração em várias partes do mundo. Essas crises sublinharam a extensão da influência das superpotências, que projetavam seu poder e ideologia globalmente, ampliando os desafios da Guerra Fria para além de suas próprias fronteiras (Bandeira, 2015). A queda da URSS não só pôs fim à Guerra Fria, mas também inaugurou uma nova ordem mundial, caracterizada pela preeminência dos Estados Unidos como única superpotência e pela transformação geopolítica das antigas nações do bloco soviético.

2.2. Keynesianismo, a crise de Bretton Woods e a ascensão do Neoliberalismo

Assim como tudo na história, a ascensão do Neoliberalismo não ocorreu de forma imediata. Esse movimento levou aproximadamente uma década para se consolidar, especialmente durante os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização

¹⁰ Fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, a ONU foi criada para promover a cooperação entre países, garantir a paz, defender os direitos humanos e fomentar o desenvolvimento sustentável entre os países. Originada como uma entidade mais eficaz que a Liga das Nações, a organização foi estabelecida na Conferência de São Francisco e conta com 193 Estados-Membros, operando por meio de diversos órgãos e agências para enfrentar diversos desafios globais (Xavier, 2007).

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – buscava soluções baseadas nas ideias de John Maynard Keynes para lidar com as crises econômicas (Anderson, 1995). No entanto, o final dessa década mostrou-se oportuna para a promoção desse projeto de sociedade.

Para contextualizar, a Grande Depressão dos anos 1930 foi um período de grave crise econômica e social, que afetou diversos países ao redor do mundo, com altas taxas de desemprego e quedas drásticas na produção. Foi neste contexto que as interpretações das ideias de Keynes ganharam relevância, oferecendo soluções para recuperar a estabilidade econômica. Por isso, em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, representantes de 44 países se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, para desenhar um novo sistema financeiro internacional, com o objetivo de evitar a repetição dos problemas econômicos que levaram à Grande Depressão e garantir a estabilidade econômica no segundo pós-Guerra. Esse sistema ficou conhecido como o Sistema de Bretton Woods (Cunha, 2024; Garlipp, 2001).

A política de defesa da posição internacional do dólar foi uma estratégia adotada pelos Estados Unidos para manter a dominância do dólar como moeda de reserva internacional e como principal meio de pagamento nas transações comerciais internacionais. Isso proporcionou aos Estados Unidos uma vantagem no cenário global. O dólar forte e estável foi o ponto crucial para exercer influência e poder econômico sobre outros países, facilitando o comércio internacional, fortalecendo as relações comerciais bilaterais e multilaterais e permitindo a imposição de sanções econômicas e o uso do sistema financeiro como ferramenta de pressão política. Serrano (2002) afirma que a posição do dólar como moeda de reserva internacional permitiu aos EUA financiar seu déficit em conta corrente de forma mais flexível. Esse movimento atraiu investimentos estrangeiros e foi capaz de manter o fluxo de capital para a economia americana, visto que reduz as incertezas nos mercados financeiros.

Observa-se, portanto, que no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, as políticas econômicas adotadas refletiam fortemente os princípios keynesianos, que defendiam a intervenção estatal para promover o crescimento econômico, o pleno emprego e a estabilidade macroeconômica. Uma das razões para a designação “os trinta anos gloriosos” é o fato de que as políticas implementadas durante o período de Bretton Woods resultarem em um crescimento econômico significativo e sustentado em muitos países. Essas políticas, inspiradas nas ideias de Keynes¹¹, estimularam a demanda agregada, incentivaram investimentos públicos e regularam

¹¹ Em que pese a inspiração, as políticas não seguiram integralmente as propostas de Keynes. Muitos dos aspectos centrais do pensamento de Keynes foram modificados ou simplificados durante os “Trinta anos Gloriosos”, de maneira a não refletir completamente suas proposições. Com uma abordagem mais sistemática e menos flexível, busca-se no período combinar a intervenção estatal com mecanismos de mercado, o que, por vezes, diluiu a ênfase de Keynes na incerteza e na instabilidade inerentes aos mercados (Sicsú, 1999).

o sistema financeiro, contribuindo para a prosperidade econômica e o aumento do padrão de vida em diversas nações (Serrano, 2002).

Durante esse período, houve um desenvolvimento significativo dos instrumentos modernos de política monetária, como o controle das taxas de juros, e de política fiscal, envolvendo o gerenciamento dos gastos públicos e dos impostos. Essa era foi caracterizada por um aumento sem precedentes na cobertura sindical e pela expansão das instituições de segurança e regulação social, seguindo o modelo do New Deal (Palley, 2005). Este momento foi caracterizado por uma combinação única de crescimento econômico sustentado, consumo de massa e pleno emprego. A indústria, aproveitando-se da mão-de-obra barata e qualificada em diferentes partes do mundo, expandiu-se significativamente. Além disso, os altos salários, os benefícios sociais e a segurança proporcionada pelo Estado de Bem-estar social criaram uma demanda de consumo robusta, fortalecendo a coesão social e a distribuição de renda, que alimentou ainda mais a expansão econômica (Serrano, 2002).

Assim, o sistema de Bretton Woods proporcionou uma estrutura internacional que facilitou a estabilidade econômica global. Baseado no dólar americano e com as principais moedas atreladas a ele, o sistema funcionou relativamente bem durante as primeiras décadas do segundo pós-guerra (Serrano, 2002).¹² No entanto, com a crescente inflação, déficits comerciais e fluxos desiguais de capital, as pressões sobre as taxas de câmbio se estenderam ao próprio sistema. A incapacidade dos Estados Unidos em manter a convertibilidade do dólar em ouro levou ao colapso do sistema de Bretton Woods em 1971, marcando o fim de uma era de relativa estabilidade cambial.

Como Belluzzo (1995) evidencia, neste cenário de instabilidade financeira e "descentralização" do sistema monetário internacional, ocorrem as transformações financeiras conhecidas como globalização, desregulamentação e securitização. Assim, com a crise do sistema de Bretton Woods e as dificuldades econômicas com o fim da década de 1960, as críticas ao Keynesianismo ganharam força. Não apenas se redefine o papel do dólar como padrão monetário internacional, mas também uma fase de reorganização dos fluxos financeiros e do próprio papel do Estado na economia.

Por exemplo, a análise dos neoliberais sobre as políticas keynesianas, com seu foco em altos salários, pleno emprego e gasto público, levou ao argumento de que isso era um empecilho

¹² O que não significa desconsiderar as falhas estruturais do sistema erigido em Bretton Woods, por se tratar de um sistema contraditório e assimétrico, ainda que sua arquitetura institucional responda, em grande parte, pelo arranjo societário desde o segundo pós-Guerra até a deflagração da crise do consenso keynesiano (Garlipp, 2001, cap. IV).

ao controle da inflação e causava aumento nos custos para o governo e as empresas. Essa abordagem defendia que a intervenção estatal excessiva distorce os mecanismos de mercado, gerando ineficiências econômicas e limitando o crescimento (Anderson, 1995). Essa crítica se embasa principalmente na política de Lyndon Johnson de financiar seus programas da “Grande Sociedade”¹³ e a Guerra no Vietnã sem aumento de impostos (Bartel, 2022).

Destarte, evidencia-se que a década de 1970 representou um ponto de inflexão crucial na ordem econômica internacional, caracterizada por estagflação e esgotamento das políticas keynesianas, revelando as limitações do sistema keynesiano diante das turbulências econômicas e instabilidades. A crise não surgiu da incompetência estatal, mas do esgotamento dos meios tradicionais de ampliação do capital, agravado por contradições internas do sistema capitalista. O modelo keynesiano não conseguiu enfrentar as causas estruturais dessas crises, levando à busca de soluções imediatistas que apenas protelaram os problemas. Como apontado por Baruco & Garlipp (2006), esse desarranjo da ordem monetária e financeira internacional traz consigo incertezas sobre o controle econômico nesse sistema.

Durante o período de Bretton Woods, os fluxos internacionais de capitais mantinham-se controlados pelos Estados para viabilizar a estabilidade cambial e evitar desequilíbrios na balança de pagamentos. Porém, com o colapso desse sistema, os Estados Unidos passam então a promover uma dinâmica mais ampla de abertura econômica e desregulamentação. Como Foucault (2008) bem argumenta, observa-se, nesse momento, que o Neoliberalismo não busca uma ruptura total do Estado, mas um reposicionamento fundamental dele como garantidor ativo da liberdade do mercado e a concorrência.

Conforme Bartel (2022), a conjuntura global foi abalada por choques significativos, principalmente a crise do petróleo de 1973, momento em que houve um aumento de quatro vezes no preço da commodity. Esse crescimento tem suas raízes no colapso do sistema de Bretton Woods e a consequente desvalorização do dólar, mas, também, no desenvolvimento de sociedades industriais affluentes no Ocidente, que aumentou em seis vezes a demanda por petróleo desde 1950, levando os Estados Unidos além da autonomia energética à perigosa dependência do petróleo estrangeiro no final da década de 1960.

Com a crise, 2% da riqueza mundial foram transferidos para as nações produtoras de petróleo. Com isso, os Euromercados, fundados em Londres em 1955, surgiram na tentativa de redistribuição da poupança mundial desses produtores, os petrodólares, aos países

¹³ Lyndon B. Johnson idealizou o programa Grande Sociedade, com objetivo central estender a liberdade e abundância, atacando a pobreza e priorizando os direitos civis (Azevedo, 2005).

consumidores. Compostos por moedas mantidas fora de seu país de origem, os Euromercados, com sua baixa regulamentação, eram dominados pelos Eurodólares, que representavam a grande maioria da liquidez nesse sistema. Empresas e bancos passaram a manter suas reservas no Exterior, a fim de uma taxa de retorno mais alta. Assim, quando se inicia a crise do petróleo, esses euromercados representaram uma opção, inclusive para países do Bloco Socialista, como um reservatório de capital que poderia ser mobilizado, demonstrando uma interdependência financeira mundial (Bartel, 2022). A liberalização dos fluxos internacionais de capitais é, portanto, um elemento central para entender as dificuldades de outras economias em um novo padrão de dominação estrutural norte-americana (Harvey, 2005).

Entretanto, cria-se um ceticismo acerca da capacidade dos Euromercados, por si só, com sua volatilidade e riscos bancários, de gerenciar esse processo de reciclagem dos petrodólares e uma expectativa de uma gestão mais direta de entidades governamentais como o FMI. Assim, com seus riscos inerentes, o mercado de eurodivisas não oferece uma base de longo prazo para financiar déficits de balanço de pagamentos. Mas esse momento de uma crescente necessidade de financiamento ocidental por parte dos países do Bloco socialista os tornou mais suscetíveis às condições dos mercados capitalistas (Bartel, 2022). Como um grande pilar da transformação econômica global, a financeirização da economia reconfigura o papel dos mercados financeiros, que deixam de serem apenas instrumentos de intermediação para o centro de decisões econômicas na tentativa de consolidação da hegemonia americana.

Nesse sentido, o Neoliberalismo emerge como uma resposta às limitações percebidas do keynesianismo, mas não se restringiu a isso, pois também refletiu um contexto político mais amplo. Em 1978, o agravamento da segunda guerra fria com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão dos Estados Unidos de desenvolver uma nova geração de armas nucleares na Europa Ocidental intensificaram o cenário global. O Neoliberalismo, que sempre incluiu o anticomunismo como um de seus fundamentos principais, viu seu apelo aumentar em meio a esse novo conflito (Anderson, 1995).

O aumento da tensão contra o que era visto como o "império do mal" – descrito por Hayek como a forma mais extrema de opressão – intensificou o atrativo do Neoliberalismo político. Com isso, a nova direita conseguiu consolidar sua influência na Europa e na América do Norte. Os anos 80 foram marcados pela predominância da ideologia neoliberal nessas regiões, sinalizando uma transformação significativa na trajetória do capitalismo avançado (Anderson, 1995). Com uma nova visão de Estado, o Neoliberalismo promoveu a desregulamentação, privatização e austeridade fiscal (Harvey, 2008). Essas políticas visavam

liberar o potencial do mercado, mas também refletiam as necessidades do capital para manter sua lógica reprodutiva e enfrentar a crise estrutural.

Embora à primeira vista o Neoliberalismo pareça uma ruptura com o modelo keynesiano, ambos compartilham a função de sustentar a acumulação de capital. Conforme argumenta Foucault (2008), o Estado neoliberal não é um Estado ausente, mas sim um regulador que redefine suas intervenções para favorecer a lógica do mercado. Assim, a transição representa tanto uma continuidade quanto uma mudança na forma como o Estado responde às demandas do capital.

3. A Ascensão do Neoliberalismo como um Projeto de Sociedade

O mundo capitalista mergulhou em um processo de neoliberalização, caracterizado por uma série de experimentos e ajustes devido à dificuldade dos Estados Unidos de sustentar o crescimento econômico conquistado no segundo pós-Guerra. Esse movimento foi marcado por avanços e retrocessos até que, na década de 1990, consolidou-se o que ficou conhecido como o "Consenso de Washington". Essa nova ortodoxia econômica passou a dominar o cenário internacional, propondo reformas que visavam a reorientação do papel do Estado na economia e a promoção de mercados livres como solução para os problemas econômicos globais (Baruco & Garlipp, 2006). Nesse contexto, Margaret Thatcher e Ronald Reagan tornaram-se figuras emblemáticas da implementação dessas políticas.

No Reino Unido, sob a liderança de Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990, as políticas neoliberais foram implementadas com um grau de radicalidade claro. Seu governo enfatizou fortemente a privatização de empresas estatais, a redução do poder dos sindicatos, a liberalização dos mercados e a desregulamentação financeira (Baruco & Garlipp, 2006). Nesse sentido, Thatcher acreditava e defendia a supremacia do mercado e a ideia de que o Estado deveria ter um papel mínimo na economia.

Com implementações políticas que visavam reduzir a intervenção governamental e fortalecer o setor privado, a Inglaterra embarcou em um abrangente programa de privatização, iniciando com habitação pública e, em seguida, avançando para setores industriais fundamentais, como aço, eletricidade, petróleo, gás e água. Sua abordagem, muitas vezes descrita como "Thatcherismo", também enfocava na austeridade fiscal, buscando reduzir o déficit e a dívida pública. Segundo Anderson (1995), trata-se do pacote de medidas mais

sistemático e ambicioso entre todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Assim, para controlar a inflação, foram adotadas políticas de restrição monetária e aumentadas as taxas de juros, o que teve um impacto negativo sobre o crescimento econômico e o emprego. Além disso, houve uma redução substancial nos impostos sobre rendimentos elevados, com o objetivo de estimular o investimento e o crescimento econômico. A desregulamentação dos mercados financeiros foi outra ação importante, com a eliminação de muitas das regulamentações que anteriormente controlavam os fluxos financeiros (Anderson, 1995). O lema de Thatcher, "não há alternativa" (*there is no alternative* - TINA), tornou-se um símbolo do pensamento neoliberal. Ela desafiou o pacto social do pós-guerra e desacreditou meio século de pensamento keynesiano. Sua abordagem moldou o pensamento neoliberal de toda uma geração, legitimando a ganância e o egoísmo das elites com a ideia de que “a sociedade não existe, o que existe são os indivíduos” (Monteiro, 2019).

Os cortes em programas sociais foram igualmente severos, afetando a proteção social e os serviços públicos. Como supracitado, o governo também implementou um amplo programa de privatização, começando pela venda de propriedades públicas e estendendo-se a setores essenciais como aço, eletricidade, petróleo, gás e água. Além disso, a administração Thatcher enfrentou e reprimiu movimentos sindicais, impondo uma legislação anti-sindical rigorosa que alterou profundamente o equilíbrio de poder no mercado de trabalho (Anderson, 1995).

Nos Estados Unidos, a abordagem neoliberal adotada por Ronald Reagan apresentava características distintas, mas também apoiadas no projeto neoliberal, refletindo o contexto e as prioridades do país. Sua abordagem, conhecida como "Reaganomics", baseava-se em quatro pilares: redução de impostos, diminuição dos gastos governamentais, desregulamentação e política monetária restritiva para combater a inflação. Esses pilares tinham objetivo na reorganização de forças econômicas e político-ideológicas internas que possibilitassem a retomada do projeto nacional que, ao longo da história, impulsionou os grandes momentos de expansão dos Estados Unidos (Trein, 1983).

Tavares (1985, p. 159) bem esclarece a natureza da abordagem neoliberal de Reagan:

Com efeito, além do movimento de restauração do prestígio político e ideológico, Reagan resolveu fazer uma coisa nunca vista, a saber uma política Keynesiana bastarda, de cabeça para baixo, combinada com uma política monetária dura. Redistribuir a renda em favor dos mais ricos, aumentar o déficit fiscal e subir a taxa de juros é uma combinação de política econômica explosiva, tanto do ponto de vista interno como internacional. No entanto, esta política contraditória teve como resultado a recuperação econômica americana, na medida em que os EUA

conseguiram submeter os seus parceiros a desafiar militar e economicamente os seus adversários.

Reagan acreditava que a redução de impostos, especialmente para os ricos e empresas, levaria a um aumento de investimentos e, por conseguinte, ao crescimento econômico. Esta teoria, muitas vezes chamada de "*trickle-down economics*", defendia que os benefícios econômicos para os mais ricos acabariam por "escorrer" para as camadas mais baixas da sociedade. Cortez, Carvalho e Cunha (2015) destacam que uma das estratégias centrais para a recuperação econômica, adotada por Reagan, foi a implementação das chamadas políticas de *supply-side* (economia do lado da oferta). Estas políticas consagraram uma abordagem anti-keynesiana e delinearam o direcionamento econômico da gestão, porém:

A razão para o relativo sucesso econômico do governo Reagan não se encontra em políticas do tipo *supply-side*. Encontra-se, isto sim, na diminuição paulatina da taxa de juros do FED sob o comando de Volcker, na estabilização dos preços internacionais das commodities e nos maciços gastos públicos. Um dos principais fatores que favoreceu o crescimento econômico foi o aumento do consumo financiado pelo crédito e não pelos salários, já que a parcela do salário no PIB declinava. O processo de endividamento das famílias americanas, que continuaria nas décadas seguintes, alimentado por bolhas financeiras, começou nos anos 1980 (Mello Filho, 2010, p. 137).

Embora Reagan também tenha reduzido impostos e elevado as taxas de juros, sua administração se diferenciou pelo foco em uma estratégia militar agressiva. Em vez de seguir uma disciplina fiscal rígida, Reagan embarcou em uma corrida armamentista sem precedentes, o que levou a um aumento significativo do déficit público. Esse aumento no gasto militar foi justificado como uma forma de pressionar a economia soviética e contribuir para o colapso do regime comunista na Rússia (Anderson, 1995).

Essa corrida armamentista, financiada nos Estados Unidos por Reagan se provou muito importante para a demonstração de poder do capitalismo, sobretudo a hegemonia neoliberal. A estratégia de gastos militares elevados, conhecida como keynesianismo militar, foi uma abordagem única que permitiu aos Estados Unidos lidar com seu papel global sem as consequências severas que outros países enfrentariam ao seguir uma política semelhante (Anderson, 1995). Nesse sentido, Marinho (2010, p.8) observa que os anos 70 foram fundamentais para essa reestruturação do poder imperial global americano, contrariando algumas previsões anteriormente mencionadas. As políticas econômicas modificaram internamente a realidade do país e a política externa seguiu seu curso, defendendo os interesses de grupos americanos, as vezes ligados ao governo e outras vezes não. Além disso, com a situação decadente da URSS, a lógica seria uma desmilitarização dos Estados Unidos na medida em que o declínio de seu maior inimigo se aproximava. Entretanto, os gastos militares

aumentavam absurdamente, reforçando a tese de que o projeto imperial americano ainda estava caminhando rumo ao seu objetivo.

Observa-se, portanto, que as políticas neoliberais de Reagan e Thatcher tiveram um impacto global significativo. Eles não apenas transformaram as economias de seus respectivos países, mas também influenciaram políticas econômicas em todo o mundo. Durante a década de 1980, o Neoliberalismo ganhou terreno como a doutrina econômica dominante, afetando políticas em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A aplicação dessas políticas, contudo, trouxe profundas transformações sociais e econômicas, com impactos que foram além da simples reorganização do mercado. O processo de neoliberalização resultou em uma "destruição criativa" (Harvey, 2008), afetando estruturas tradicionais do Estado, divisões de trabalho, relações sociais e formas de vida. Esse modelo desafiou as antigas formas de soberania e as práticas de bem-estar social, promovendo uma lógica de mercado que buscava enquadrar todas as esferas da vida humana nas transações mercadológicas. Sob essa ótica, o mercado passou a ser visto como uma ética em si mesma, capaz de orientar as ações humanas e substituir outras formas de valores éticos.

Assim, interpreta-se Neoliberalismo como um projeto político de restauração das condições de acumulação de capital e do poder das elites econômicas. A utopia de reorganizar o capitalismo global por meio do mercado livre revelou-se não apenas uma teoria econômica, mas uma agenda política que buscava restabelecer as dinâmicas de poder prévias às grandes crises do século XX (Harvey, 2008). Com isso, governos capitalistas de mentalidade neoliberal alcançaram maior visibilidade nesse período, implementando políticas que fortaleceram o poder das elites e reduziram o papel regulador do Estado, em nome do combate ao comunismo fantasmagórico e da promoção da liberdade econômica.

4. A Relação Mutualística entre Guerra Fria e Neoliberalismo

Como abordamos nas seções anteriores, a ascensão do Neoliberalismo pode ser entendida como uma resposta às crises que ameaçaram o poder capitalista nas décadas anteriores. Nesse sentido, apontamos que a reestruturação do Estado e das relações internacionais foram realizadas na tentativa de impedir o retorno das condições desestabilizadoras da Grande Depressão dos anos 1930, que expuseram a fragilidade do sistema capitalista. Mas, além disso, a busca dos EUA de obter a hegemonia durante o período da Guerra

Fria foi envolta de uma tensão global, em que, a qualquer momento, um conflito armado direto poderia aniquilar a vida na Terra (Gaddis, 2006).

A corrida armamentista tornou-se, assim, um ponto de destaque de como Ronald Reagan e Margaret Thatcher conduziram a dinâmica da Guerra Fria, e evidenciou o papel que o Neoliberalismo desempenhou na política internacional desse período. Ambos os líderes, apesar de suas políticas internas aparentemente estarem apenas focadas na economia de livre mercado e na redução do papel regulador do Estado, mantiveram uma postura firme em relação à defesa e ao fortalecimento militar, em especial contra a ameaça percebida do comunismo soviético (Cannon,2000).

Essa corrida não se limitou a uma mera demonstração de força militar: representava uma extensão da ideologia neoliberal no campo das relações internacionais, em que o poderio militar era visto como um meio de garantir a hegemonia do Ocidente e a segurança dos interesses econômicos capitalistas. O aumento dos gastos militares também era justificado como uma forma de fortalecer a indústria de defesa, promovendo o crescimento econômico interno por meio de investimentos em tecnologia militar avançada (Cannon,2000).

Além disso, o aprofundamento da corrida armamentista sob Reagan e Thatcher contribuiu para pressionar a União Soviética, que, diante das dificuldades econômicas internas, encontrava-se incapaz de sustentar um nível competitivo de gastos militares por tempo indeterminado. Durante esse período, o combate ao comunismo não se limitava ao campo militar e geopolítico, mas também se estendia ao âmbito econômico e ideológico, onde o Neoliberalismo emergiu como a resposta ocidental à ameaça soviética (Anderson, 1995). Assim, pode-se afirmar que esse entrelaçamento entre o conflito ideológico da Guerra Fria e a consolidação das políticas e práticas neoliberais moldou o panorama econômico e político global.

Ademais, com o passar dos anos, esse aprofundamento, paradoxalmente, pavimentou o caminho para o desarmamento e o fim da Guerra Fria (Gaddis, 2006; Hobsbawm,1994). A pressão econômica sobre a União Soviética, combinada com o diálogo diplomático iniciado posteriormente entre o presidente dos EUA, Ronald Reagan, e o líder soviético Mikhail Gorbachev, culminaram em acordos como o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) em 1987 (Matlock, 2004), abrindo espaço para negociações que contribuíram para a queda do bloco soviético e a redefinição da ordem mundial no final da década de 1980 (Powaski, 1998).

Reagan, apoiado por Thatcher, não apenas combateu a influência soviética por meio da corrida armamentista, como também ambos utilizaram a retórica anticomunista para justificar suas reformas econômicas liberais em seus países (Gamble, 1988; Cannon, 2000). O Neoliberalismo, portanto, com sua ênfase no livre mercado, na desregulamentação e na privatização, foi promovido como o modelo ideal para contrastar a economia planificada da União Soviética. O capitalismo de mercado livre, defendido por ambos os líderes, foi apresentado como sinônimo de liberdade individual e prosperidade, enquanto o comunismo era retratado como opressor e ineficiente.

Nesse momento, a Guerra Fria forneceu o pano de fundo perfeito para a implementação dessas políticas. No contexto de um mundo polarizado entre capitalismo e comunismo, a necessidade de fortalecimento das economias capitalistas ocidentais se demonstrou crucial. Reagan e Thatcher argumentaram que a liberalização econômica era uma forma de combater a influência soviética e garantir a superioridade econômica e militar do Ocidente (Gamble, 1994; Cannon, 2000). O corte de gastos sociais e a flexibilização do mercado de trabalho, descritos na seção anterior, foram acompanhados de um aumento nos gastos militares, que justificavam tanto a contenção soviética quanto o fortalecimento das indústrias de defesa, setores estratégicos para o crescimento econômico nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Por outro lado, a Guerra Fria também ajudou a moldar a agenda neoliberal ao forçar uma reconfiguração das alianças globais (Harvey, 2008). Muitos países em desenvolvimento, anteriormente neutros ou inclinados para a esfera soviética, passaram a adotar políticas neoliberais como uma forma de atrair investimentos e apoio ocidental. As instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, passaram a impor programas de ajuste estrutural baseados em princípios neoliberais, condicionando empréstimos à adoção de políticas de livre mercado (Anderson, 1995). Essas iniciativas, muitas vezes promovidas como parte da luta contra o comunismo, aprofundaram a difusão do Neoliberalismo em nível global (Harvey, 2008).

Dessa maneira, uniu-se o discurso de segurança nacional, baseado na contenção soviética, com a promoção de reformas econômicas liberais (Gamble, 1994; Cannon, 2000). Essa combinação consolidou o Neoliberalismo como a ortodoxia dominante no Ocidente, não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas também como uma ferramenta de poder geopolítico. Ao associar o capitalismo de livre mercado à ideia de liberdade política e econômica, tornou-se possível legitimar as transformações sociais e econômicas tanto nos

Estados Unidos quanto em seus países aliados. Entende-se, portanto, que o Neoliberalismo não se fundamenta apenas em uma mudança política ou administrativa, mas em um projeto de reestruturação do Estado, da economia e do próprio sujeito (Dardot & Laval, 2016), como já observamos. Com sua ascensão, inaugura-se um período de revolução permanente na ordem econômica, que impacta fortemente muitas áreas de reprodução social e transforma relações de trabalho, Estado e mercado, e sociedade.

Essa influência crescente do Neoliberalismo durante a Guerra Fria contribuiu para a formulação de políticas econômicas nos Estados Unidos e em outros lugares, promovendo a desregulamentação, a privatização e a abertura de mercados. Essas ideias, referenciadas em Friedman e Hayek, tiveram devida importância na transformação do cenário econômico global nas décadas seguintes, tornando o Neoliberalismo uma força dominante no pensamento econômico e nas políticas públicas. Para Foucault (2008), essa transição representou uma nova arte de governar, onde a lógica do mercado prevalece como um princípio fundamental para as decisões do Estado.

Após a crise do petróleo, os estados socialistas não conseguiram manter e cumprir suas promessas voltadas ao bem-estar econômico, levando ao seu esgotamento. Para o Ocidente, as crises econômicas que levaram ao colapso do sistema de Bretton Woods forneceram uma justificativa para políticas de austeridade e desregulamentação. Nesse contexto, utiliza-se como exemplo a Grã-Bretanha sob Margaret Thatcher, que passa por um período de estabilização econômica com declínio nos padrões de vida, mas com a promessa de recuperação a longo prazo (Bartel, 2022).

A nova ordem internacional observou uma ascensão das relações financeiras em detrimento das produtivas, com o mercado financeiro emergindo como uma forte ferramenta do ocidente. A “privatização da Guerra Fria”, com o aumento da importância dos recursos energéticos e dos mercados financeiros na política internacional após a crise do petróleo, conferiu aos atores financeiros não estatais um papel por vezes superior ao dos próprios governos. A possibilidade de acessar ou ser excluído dos mercados de capitais tornou-se um fator global determinante para a estabilidade e o crescimento econômico dos países no mesmo momento em que a União Soviética enfrentava escassez econômica (Bartel, 2022).

A eleição de Reagan em 1980 é uma forte representação da mudança política e econômica mundial da época. Sua proposta era clara: diminuição de gastos públicos e restauração da confiança no mercado como motor da prosperidade. Um ano após sua eleição, é lançado o Programa para Recuperação Econômica, com um conjunto de medidas neoliberais

supply-side: redução da carga tributária, combate à inflação e retomada do crescimento econômico. Mello Filho (2001) argumenta que o Economic Recovery Tax Act (ERTA), de 1981, promoveu cortes drásticos nos impostos de renda, sobretudo para as classes mais altas, com uma redução de 70% para 50% da maior alíquota. De acordo com Tempalski (2006 apud Mello Filho, 2011) a arrecadação federal sofreu uma redução média de 13% nos quatro anos seguintes.

Essa redução das alíquotas deixa claro suas ideias de libertar o dinamismo econômico com um protagonismo do mercado. Embora tenha ampliado a base tributária logo em 1982 com o Tax Equity and Fiscal Responsibility Act (TEFRA) e aumentado a taxação de ganhos de capital para indivíduos de alta renda, o efeito geral de suas políticas foi um alívio fiscal para grandes empresas e investidores, ao mesmo tempo em que promoveu a ideia de eficiência e meritocracia econômica. A agenda de simplificação e desoneração tributária continuou em 1986 com o Tax Reform Act, reduzindo a alíquota máxima do imposto de renda individual de 50% para 28% e a das corporações de 48% para 34% (Mello Filho, 2011).

A política econômica reaganiana não se limitava ao plano doméstico. A estratégia neoliberal esteve diretamente articulada a um projeto geopolítico de reafirmação da hegemonia americana. Com uma nova arquitetura financeira global, já observamos, os Estados Unidos consolidaram a posição do dólar como moeda de reserva mundial e passaram a utilizar os mecanismos de crédito e alívio da dívida como instrumentos de influência geopolítica. Os choques econômicos das décadas anteriores — como o colapso do sistema de Bretton Woods, as crises do petróleo e a estagflação — consolidam os Estados Unidos na ordem internacional como um polo de atração de capitais, como um lugar seguro e lucrativo para os excedentes de capitais. Nesse contexto, uma das chaves para a resolução da Guerra Fria foi justamente a capacidade do país de manter sua influência imperial por meio da transformação do sistema internacional, reforçando sua posição estratégica e econômica, ao mesmo tempo em que estabelecia simbolicamente sua “divisa ocidental” frente ao bloco socialista (Bartel, 2022).

Reagan sintetizou seu projeto em uma mensagem ao Congresso em 1984: “Uma das minhas principais metas quando eu vim para Washington era reverter o dramático crescimento dos gastos federais em programas domésticos e deslocar mais recursos para a defesa nacional” (Mello Filho, 2011). A construção financeira de Reagan, não apenas financiou o aumento militar, mas também alterou a geopolítica do mundo. Sua expansão anual de 7% em gastos militares foi como um aviso aos líderes soviéticos de que eles não seriam capazes de igualar os

vastos recursos materiais de Washington para a corrida armamentista, principalmente visto as dificuldades crescentes para competir nos mercados globais desse bloco (Bartel, 2022).

Sendo assim, a Guerra Fria não foi apenas uma série de confrontos políticos e militares, mas também uma batalha pela hegemonia cultural e econômica. Hobsbawm (1994) observa que as duas superpotências buscavam expandir suas influências para além de suas fronteiras imediatas, levando a uma polarização global. Este fenômeno se manifestou em diversas formas, desde alianças militares como a OTAN e o Pacto de Varsóvia, até a competição por influência em países do Terceiro Mundo através de ajuda econômica e apoio militar.

Como promotor do modelo econômico neoliberal, os Estados Unidos utilizaram de diversas políticas neoliberais como instrumentos de influência e controle sobre outros países. Porém, a ajuda financeira condicionada à adoção dessas políticas levantou questões sobre a soberania e a independência econômica das nações em desenvolvimento. Essas preocupações contribuíram, em partes, para a resistência a políticas neoliberais, especialmente em países que se sentiam pressionados a adotá-las em troca de assistência econômica (Silva, 2022). As políticas econômicas neoliberais muitas vezes eram vistas como imposições de uma visão econômica ocidental que não se adequava às necessidades e realidades de países em desenvolvimento, gerando debates sobre a universalidade do Neoliberalismo e seu impacto na diversidade cultural e social do mundo (Silva & Marques, 2020).

Além disso, no contexto internacional, a disseminação do Neoliberalismo também suscitou preocupações quanto à capacidade de lidar com crises econômicas e financeiras naquele momento. Durante a década de 1990, muitos países que adotaram políticas econômicas liberalizantes enfrentaram crises financeiras, como a Crise Financeira Asiática¹⁴ de 1997-1998 (Medeiros, 1998). Isso levantou questões sobre a estabilidade das economias orientadas pelo Neoliberalismo e gerou ceticismo sobre a capacidade dessas políticas de proteger contra choques econômicos. Os críticos desse modelo argumentaram que Neoliberalismo havia enfraquecido os controles regulatórios e os mecanismos de proteção social, tornando as economias mais vulneráveis a crises, conforme assinala Bandeira (2015).

Apesar das críticas, a hegemonia dos Estados Unidos na era pós-Guerra manteve sua importância na promoção do Neoliberalismo. Os princípios do mercado livre, da privatização

¹⁴ A Crise Financeira Asiática (1997-1998) foi um colapso econômico que atingiu países como Tailândia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia e Filipinas. O gatilho da crise foi a desvalorização do baht tailandês, seguido por uma crise cambial em todas as economias emergentes da região, fuga de capitais e recessão (Medeiros, 1998). Seguindo recomendações de instituições como o FMI e o Banco Mundial, esses países adotaram políticas neoliberais, como desregulamentação do setor financeiro, abertura ao capital estrangeiro e câmbio mais flexível, o que causou maior suscetibilidade às crises sistêmicas.

e da desregulamentação foram fortemente promovidos por Washington e adotados em muitas partes do mundo. O modelo do "Consenso de Washington", que defendia reformas econômicas baseadas no Neoliberalismo, ganhou proeminência nas políticas internacionais e foi amplamente adotado por muitos governos (Baruco & Garlipp, 2006; Oliveira, 2017).

Anderson (1995, p. 8) deixa claro que:

[...] Uma de suas razões fundamentais foi claramente a vitória do neoliberalismo em outra área do mundo, ou seja, a queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética, de 89 a 91, exatamente no momento em que os limites do neoliberalismo no próprio Ocidente tornavam-se cada vez mais óbvios. Pois a vitória do Ocidente na guerra fria, com o colapso de seu adversário comunista, não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80.

Para isso, as instituições internacionais desempenharam um papel fundamental na promoção das políticas neoliberais. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial frequentemente condicionavam a assistência financeira à implementação de reformas econômicas baseadas no Neoliberalismo. Isso levou muitos países a adotar políticas de livre mercado e a abrir suas economias ao comércio global como requisito para receber ajuda financeira (Oliveira, 2017).

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como ênfase a análise do movimento de ascensão do Neoliberalismo e o fim da Guerra Fria, buscando apreender a influência do período nessa ideologia que moldou as dinâmicas geopolíticas e econômicas na segunda metade do século XX. Destaca-se, aqui, que o movimento de transição entre o Keynesianismo e Neoliberalismo não se deu apenas e tão somente por uma resposta às crises econômicas que afetaram o sistema capitalista, mas também como uma ferramenta ideológica na luta contra o comunismo.

A dicotomia entre Estados Unidos e União Soviética alargou-se do campo militar para a disputa pela supremacia ideológica e econômica. Para consolidar sua hegemonia, os Estados Unidos não poderiam estar vulneráveis a crises monetárias ou mesmo demonstrar fragilidade a outros países. Na verdade, deveriam enfraquecer seus adversários no campo econômico. Nesse sentido, a promoção do Neoliberalismo não se limitou a resolver crises internas nos países capitalistas, mas também se posicionou estrategicamente na construção de discurso de oposição ao modelo socialista.

Reconhece-se que a ascensão das políticas e práticas neoliberais pode ser entendida como uma resposta às dificuldades e ao esgotamento do período conhecido como os "Trinta Gloriosos" no Ocidente. Nesse contexto, as políticas econômicas foram a ponta de lança do projeto neoliberal de sociedade, especialmente nos Estados Unidos, buscando superar crises e a estagflação dos anos 1970 através de uma ideologia que visava aumentar o livre fluxo de bens e capital. Bartel (2022) argumenta que a construção financeira de Reagan nos Estados Unidos durante a transformação do sistema internacional, monopolizando o capital excedente mundial e dificultando o acesso de outros governos a ele, alterou as relações de poder, permitindo que a administração Reagan e o Fundo Monetário Internacional (FMI) impusessem sua visão econômica ao resto do mundo. Além disso, a subsequente crise da dívida soberana revelou como o Ocidente, liderado pelos EUA, utilizou a dívida como alavancagem para impor programas econômicos neoliberais globalmente.

A queda do bloco soviético, no início dos anos 1990, simbolizou o colapso de uma superpotência, mas, além disso, a vitória de uma visão neoliberal do mundo. Com o fim da Guerra Fria, o Neoliberalismo se consolidou como um projeto de sociedade dominante no sentido econômico, promovendo privatizações e desregulamentações em escala global, mas também um projeto ideológico. Nesse cenário as instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial, foram peças-chave na propagação dessas visões ideológicas, incentivando governos a implementarem reformas neoliberais mediante concessões financeiras ou assistência condicionadas à adoção destas medidas previamente determinadas (Anderson, 1995).

Defendemos, aqui, que a ascensão do Neoliberalismo está intrinsecamente ligada à história da Guerra Fria e das tensões que ocorreram no período. Enfatizamos, também, a importância de alargar os marcos analíticos e a compreensão histórica para contextualizar os desafios e debates contemporâneos sobre políticas econômicas e sociais, visto que o Neoliberalismo é uma ideologia que moldou, e continua a moldar, o mundo, com relevância na política, na economia e na sociedade. Essa história não teve seu caminho percorrido de maneira linear ou restrito aos eventos que marcaram o fim do conflito entre as superpotências. Ao contrário, o Neoliberalismo é parte de um processo histórico mais amplo, que remete à crise do liberalismo clássico e às transformações sociais ocorridas no século XX.

É certo que Reagan e Thatcher foram figuras centrais na compreensão das tensões globais da Guerra Fria, e promoveram um modelo econômico buscando restaurar o poder das elites capitalistas enquanto buscavam o enfraquecimento do 'comunismo fantasmagórico'. Essa

manipulação contribuiu para a derrocada da União Soviética, mas, principalmente, para a consolidação do Neoliberalismo como a principal ideologia do final do século XX. De fato, a ascensão do Neoliberalismo não pode ser analisada isoladamente, visto que consistiu em uma resposta articulada a uma série de eventos internos e externos que abalaram a estrutura do keynesianismo, trazendo questionamentos sobre a capacidade de gestão econômica e social.

Ao final, a pergunta central que orientou a nossa análise ao longo deste estudo foi: Houve uma relação mutualística entre a ascensão do Neoliberalismo e a pretensa vitória dos Estados Unidos ao final da Guerra Fria? Exploramos, ainda que brevemente, contextos históricos e as raízes do Neoliberalismo, além de analisar como a rivalidade entre os dois blocos (Estados Unidos e União Soviética), com seus respectivos ideais de mundo, influenciou a disseminação desse projeto de sociedade.

Ficou evidente que as raízes econômicas do Neoliberalismo, no período analisado, remontam à Escola de Chicago e às ideias de economistas como Milton Friedman e Friedrich Hayek. Durante a Guerra Fria, essas ideias ganharam influência, sobretudo nos Estados Unidos, onde foram vistas como uma alternativa ao planejamento centralizado e ao socialismo. As políticas econômicas baseadas no Neoliberalismo foram adotadas e promovidas como parte da estratégia de contenção do comunismo, tornando-se uma força poderosa no cenário global.

A análise das relações entre a Guerra Fria e o Neoliberalismo revela-se um campo de investigação ainda em construção, marcado por múltiplas interpretações e abordagens teóricas. O próprio período da Guerra Fria fomentou diversas interpretações acadêmicas sobre seu marco de início e fim, assim como as causas do conflito, de diferentes tendencias teóricas, como em Hobsbawm, Kissinger e Halliday (Figlino,2016). Análogo a isso, a ascensão e a consolidação do Neoliberalismo, bem como seus marcos cronológicos, continuam sendo objeto de discussão. O debate aberto com diversas interpretações evidencia a complexidade do entrelaçamento entre processos políticos, econômicos e ideológicos que marcaram a transição da ordem do segundo pós-Guerra para a nova configuração global hegemonizada pelos Estados Unidos.

A pesquisa realizada permite afirmar que, de fato, existiu uma relação mutualística entre a Guerra Fria e a ascensão do Neoliberalismo. Porém, a ideia de que o Neoliberalismo se estabeleceu como um resultado direto e incontestável do fim da Guerra Fria é uma simplificação de um processo histórico complexo. A dinâmica do confronto ideológico e as tensões geopolíticas do período não apenas impulsionaram a busca por novos modelos econômicos e sociais, mas também criaram o ambiente necessário para que o Neoliberalismo emergisse como uma alternativa estratégica.

Embora a Guerra Fria tenha sido impulsionada por uma evidente dimensão ideológica, suas dinâmicas estruturais mais profundas estão enraizadas na disputa geopolítica e geoeconómica. O impacto das crises económicas e as reações políticas ao longo da Guerra Fria ajudaram a consolidar as bases para o desenvolvimento de uma nova ordem económica, cuja adoção de princípios e práticas neoliberais encontrou terreno fértil no momento histórico específico que se seguiu ao fim do conflito.

Do ponto de vista económico, nos termos apresentados por Bartel (2022), a vitória dos EUA no final da Guerra Fria pode ser fortemente associada à ascensão e consolidação de uma nova ordem económica liberal e global, marcada pela financeirização da economia e pela globalização financeira. A crise do petróleo de 1973 elevou drasticamente a importância dos mercados financeiros na política internacional e, com o colapso do Bloco Soviético, os países do Leste Europeu também se viram inclinados a adotar economias de mercado e políticas neoliberais, de maneira que fica claro o fortalecimento do poder americano através de sua capacidade financeira e a promoção do Neoliberalismo.

Contudo, embora a pesquisa tenha revelado uma forte relação entre esses fenômenos, não é possível afirmar com certeza que o Neoliberalismo teria alcançado as proporções que conhecemos hoje, caso a Guerra Fria não tivesse ocorrido. Pode-se propor a afirmação de que a Guerra Fria exerceu um papel catalisador e acelerador no processo de implementação e difusão do Neoliberalismo, mas outras circunstâncias históricas e económicas também poderiam ter levado à sua ascensão, ainda que talvez de maneira diferente ou em um contexto mais tardio. Assim, embora a relação entre ambos os eventos seja clara, o alcance exato do Neoliberalismo sem a Guerra Fria permanece uma questão aberta, passível de novas interpretações e investigações.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23, 1995.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. **Varia Historia**, v. 28, pp. 361-389, 2012.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

AZEVEDO, Cecília. Guerra à pobreza: EUA, 1964. **Revista de História**, n. 153, pp. 305-323, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2015.

BARTEL, Fritz. **The triumph of broken promises**: the end of the Cold War and the rise of neoliberalism. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2022.

BARUCO, Graciela Cristina da Cunha; GARLIPP, José Rubens Damas. Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária. **Anais VI Encuentro Internacional de Finanzas**. Santiago/Chile, 2006.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, pp. 11–20, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo y democracia**. Santa Fe: Asociación Civil Mirame Bien, 2015.

CANÊDO, Sílvia Helena Guilherme. OTAN: evolução histórica. **Conjuntura Internacional**, ano, v. 3, 2006.

CANNON, Lou. **President Reagan**: The Role of a Lifetime. New York: PublicAffairs, 2000.

CORTEZ, Marcelo; CARVALHO, Lúcio; CUNHA, Roberto. **Políticas econômicas e crescimento: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CRIVELENTI E CASTRO, Lucas. **Novíssima dependência**: a subordinação brasileira ao imperialismo no contexto do capitalismo financeirizado. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

CUNHA, Paulo Pitta. **Revisitando Bretton Woods**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2024.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FERNANDES, Alessandro. O Pacto de Varsóvia na Guerra Fria: Origens, Evolução e Impactos. **Cadernos do Leste**, v. 23, n. 23, 2023.

FIGLINO, Beatriz. Guerra Fria: um período, três olhares. **Inter-Relações FASM**, n. 42, 2016.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 7, pp. 129-147, 1997.

FIORI, José Luís. Neoliberalismo e políticas públicas. In: FIORI, José Luis (Org.). **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **The birth of biopolitics**: lectures at the Collège de France, 1978-1979. Michel Senellart (Ed.), English translation published in 2008 by Palgrave MacMillan, 2008.

- GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- GAMBLE, Andrew (Ed.). **The free economy and the strong state: The politics of Thatcherism**. Bloomsbury Publishing, 1994.
- GARLIPP, José Rubens Damas. **Economia Desregrada – Marx, Keynes e Polanyi e a Riqueza no Capitalismo Contemporâneo**. Tese de Doutorado. Campinas: IE-Unicamp, 2001.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. Coleção Filosofia, vol. 75. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, (1936) 1982.
- KISSINGER, Henry. **A Diplomacia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MAGALHÃES, José Carlos de. A reforma da Carta da ONU. **Estudos Avançados**, v. 9, pp. 149-159, 1995.
- MARCELINO, Daniel et al. O Ártico enquanto zona de Tensão e Conflito. Entre os ditames da geopolítica clássica e a ética da ecopolítica. **Seminário de Geopolítica da Paz e dos Conflitos**. Coimbra, 2007.
- MARINHO, Havana. Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. **Revista eletrônica história em reflexão** (UFGD), v. 4, pp. 1-10, 2010. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/753/469>>. Acesso em: 01/07/2024.
- MATLOCK JR, Jack F. **Reagan and Gorbachev: How the Cold War Ended**. New York: Random House, 2004.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. vols I e III. São Paulo: Abril Cultural, (1867) 1996.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coréia. **Economia e Sociedade**, v. 7, n. 2, pp. 151-172, 1998.
- MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira. **Escola francesa da regulação, escola da estrutura social de acumulação e as etapas do capitalismo**. (Tese de doutoramento). Belo Horizonte: FACE- Universidade Federal de Minas Gerais, 2016
- MONTEIRO, S. Vive-se um círculo vicioso. **Revista Conjuntura Econômica**, 10, pp. 37–39, 2019.

MUNHOZ, Sidnei José; ROLLO, José Henrique. Détente e détentes na época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970). **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 21, n. 32, pp. 138-158, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. Neoliberalismo Durável: o Consenso Washington nas campanhas presidenciais de 16 países da América Latina (2000 a 2015). **Congresso Latino-Americanano de Ciência Política, 9, Anais**, Montevidéu. 2017.

PALLEY, Thomas. Del keynesianismo al neoliberalismo: paradigmas cambiantes en economía. **Economíaunam**, vol. 2, núm. 4, pp. 138-148. Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

PEDROSO, Rodrigo Aparecido Araújo. Representações da guerra do Vietnã nas histórias em quadrinhos do Capitão América. **Encontro Estadual de História – ANPUH/SP**, 2012.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação** - as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus, (1944) 1980.

POWASKI, Ronald E. **The Cold War**: The United States and the Soviet Union, 1917-1991. Oxford University Press, 1997.

ROBERTS, Geoffrey. **Stalin's wars**: from World War to Cold War, 1939–1953. New Haven: Yale University Press, 2006.

SENHORAS, Eloi Martins; FERREIRA, Rita de Cássia de Oliveira. A Guerra da Coreia vista após sessenta anos de armistício (1953-2013). **Conjuntura Global**, Curitiba, n. 3, pp. 133-139, 2013.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), pp. 237-253, jul./dez. 2002.

SICSÚ, J. Keynes e os novos-Keynesianos. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 19, n. 2, p. 329–349, abr. 1999.

SILVA, Raphael de Oliveira; MARQUES, Mabel Diz. Neoliberalismo e desenvolvimento regional: obstáculos da política regional no Brasil. **Desenvolvimento Regional em Debate**, vol. 10, pp. 348-369, 2020.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**, v. 1, n. 09, pp. 24-47, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2, pp. 157-167, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição e MELIN, L.E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (Orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes. pp.55 a- 86, 1997.

TREIN, Franklin. A vontade de poder hegemônico. A política externa de Reagan. **Ensaios FEE**, v. 3, n. 2, pp. 57-66, 1983.

VASCONCELLOS, Maria Regina Soares de; MANSANI, Maria Aparecida de Menezes Borrego. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

XAVIER, Ana Isabel. **ONU: A organização das nações unidas**. A Organização das Nações Unidas. Editora Humana Global–Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento, Coimbra, 2007.